



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Discurso na cerimônia de assinatura de acordo entre o Ministério do Meio Ambiente, o Estado de Sergipe e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 25 DE MARÇO DE 1997

Senhor Ministro Nelson Jobim, da Justiça; Raul Jungmann, da Política Fundiária; Senhor Ministro Krause, do Meio Ambiente; Senhor Senador e meu amigo Albano Franco; Senhores Parlamentares que aqui se encontram; Senhor João Daniel, do MST; Senhoras e Senhores,

Acho que este ato de hoje, na sua simplicidade, tem um valor simbólico, nos precisos termos que o Senhor João Daniel mencionou aqui.

Acredito que nós, hoje, no Brasil, temos todos a consciência de que a questão agrária é uma questão séria, que tem que ser enfrentada e que está sendo enfrentada.

Também tenho a absoluta convicção – e não é de hoje – de que um problema dessa magnitude não se enfrenta senão quando existe convergência e boa-fé. Nenhum setor isolado será capaz de resolvê-lo.

E como todos nós temos, eu imagino, boa-fé, e estamos preocupados com a situação dos que estão sem terra e dos que precisam trabalhar, não nos cabe senão buscar essas formas de convergência, buscar mecanismos que levem a resultados concretos, para aqueles que precisam.

O Ministro Jungmann tem tido um papel muito ativo nesse processo todo e tem o meu apoio no sentido de criar as condições para que nós possamos avançar, cada vez mais, no processo de reforma agrária.

Não interessa, nem a mim, nem ao Brasil, disputar quem assentou o número tal ou número qual. Isso são questiúnculas. O que importa é assentar. E quanto mais houver convergência, mais gente será atendida.

E é verdade que esses processos só vão à frente quando há vontade política do Governo, vontade política daqueles que estão lutando, no sentido positivo de encontrar solução, de parte a parte – quando existem recursos. Evidentemente, aqui, há uma limitação, que é objetiva: tem recursos, não tem recursos, onde se buscam os recursos.

Creio que os instrumentos que estão, hoje, já à disposição da sociedade brasileira e que foram frutos de um esforço conjunto – incluindo o Congresso nisso – são instrumentos que permitiram avançar nesse processo, ou permitirão avançar: o rito sumário, o fato de nós termos a possibilidade de os procuradores acompanharem o processo todo de desapropriação, e outros passos que deverão ser dados. Assim, também tenho a convicção de que o novo Imposto Territorial Rural é um instrumento poderosíssimo para a desarticulação da estrutura latifundiária que ainda persiste no Brasil e que, para sorte de todos nós, está no seu ocaso político, pois não dispõe da força de que dispôs no passado. E basta que nós nos organizemos de uma maneira democrática e com a convicção de que é possível avançar, para que essas transformações, hoje, ocorram.

O Governador Albano Franco demonstrou uma capacidade excepcional, como administrador de Sergipe, de diálogo e de negociação. Não há caminho democrático senão através do diálogo e da negociação.

Numa situação como a que normalmente se defronta na política, num país, ninguém pode pretender ganhar tudo. É preciso que exista um espírito de saber até onde é possível ir, quanto mais é possível avançar e tentar avançar. A intolerância não resolve, não ajuda. Assim como é necessário ter, como disse o Governador, humildade.

Humildade não é uma característica só pessoal, é uma característica que tem que existir nas próprias instituições, a começar no próprio

Incra, nos Ministérios e nos movimentos sociais. Ninguém deve se arrogar ter a verdade absoluta, porque não existe a verdade absoluta. Porque, aí sim, seria uma posição fundamentalista, uma posição arrogante, uma posição intolerante, que não leva aos avanços necessários.

Uma vez que se sabe de tudo isso e que há tanta gente com disposição para tudo isso, creio que nós temos, realmente, condições de enfrentar, decentemente, esse problema. Não se pode imaginar que um problema legado pelos séculos – e digo bem, pelos séculos – se resolva num período de um ano, dois anos, três anos, nem mesmo em dez anos.

A questão não é saber se está bom ou se está ruim. Uma herança tão pesada, olhando-se para ela, está sendo muito ruim. O problema é perguntar se está melhorando, se está piorando ou se está parada.

Se estiver melhorando, que é o que corresponde, progredindo, se se puder progredir mais, melhor. Qualquer outra análise não leva a um avanço. Simplesmente, denunciar a existência de uma situação crítica ajuda, mas não resolve. E não apostar na possibilidade de saída atrapalha – não é que não resolve – atrapalha. Temos que reconhecer o problema, apostar na possibilidade de saída e jogar de boa-fé, no sentido de que se possa sair.

Acho que, progressivamente, nós vamos formando, no Brasil, esse tipo de entendimento. O Ministro Jungmann está propondo, tem meu endosso, que nós organizemos um fórum brasileiro capaz de permitir que haja mais diálogo, capaz de fazer com que as várias forças que se defrontam nessa matéria participem, e participem ativamente. Todos nós sabemos – eu conheço, não sei se estive lá, nessa região, mas estivemos em alguns platôs irrigados ali, de Sergipe – e eu creio que é possível aproveitar, realmente, essa região, aproveitá-la para assentamentos rurais. Essa terra é melhor do que aquela que você me mostrou – ficou com ciúme e não mostrou a melhor terra.

Mas, de qualquer forma, acredito que é possível, havendo essa disposição, avançar, e avançar crescentemente. Acho que essa organização de fóruns que permitam acelerar o diálogo e a negociação é algo muito positivo.

É óbvio que, numa república democrática, um presidente que tem tradição democrática não pode senão entender que os movimentos

existem e que se movimentam, que se manifestam. Marchas são positivas. A marcha pela reforma agrária é positiva. Essa sempre foi minha atitude e continua sendo. Em qualquer sociedade democrática, essas forças têm que se expressar, sob condição de que exista democracia, ou seja, o respeito, o respeito devido às leis, o respeito devido às instituições, o respeito devido à cidadania. Dentro dessas condições, todos os movimentos que possam existir, no sentido do progresso, pois, encontrarão no Governo – não é só no Presidente, não –, encontrarão no Governo a melhor disposição de diálogo.

Mas não quero deixar de felicitá-los, de felicitar o Movimento dos Sem-Terra, o João Daniel, que sei que expressa um ponto de vista que não é isolado e, portanto, não se trata, aqui, de um ato contra, senão de um ato a favor, a favor de quem não tem terra. E é o que tem que ser feito. Felicitar os ministros, especialmente o Ministro Jungmann, que é da Reforma Agrária, o Governador de Sergipe, que se empenhou tanto para que nós pudéssemos ter realizado isso, os prefeitos – alguns deles, eu sei da história – que estiveram lá, lutando por avanços efetivos no plano fundiário. Mas foi o Governador quem se empenhou tanto para que nós pudéssemos estar, aqui, reunidos hoje, aqui e não só lá, em Sergipe, porque ele queria dar justamente esse sentido construtivo, positivo, de um passo a mais. Faltam muitos, mas nós vamos dar e, se pudermos dar juntos, é melhor.

Muito obrigado.